

Educação e apropriação da realidade local

LADISLAU DOWBOR

NO MUNICÍPIO de Pintadas, na Bahia, pequeno município distante da modernidade do asfalto, todo ano quase a metade dos homens viajava para o Sudeste para o corte de cana. A parceria de uma prefeita dinâmica, de alguns produtores e de pessoas com visão das necessidades locais permitiu que os que buscavam emprego em lugares distantes se voltassem para a construção do próprio município. Começaram com uma parceria da Secretaria da Educação local com uma universidade de Salvador, para elaborar um plano de saneamento básico da cidade, o que reduziu os custos de saúde, liberou terras e verbas para a produção, e assim por diante. A geração de conhecimentos sobre a realidade local e a promoção de uma atitude proativa para o desenvolvimento fazem parte evidente de uma educação que pode se tornar no instrumento científico e pedagógico da transformação local.

A iniciativa partiu de uma prefeita eleita por uma rede de organizações sociais, portanto diretamente vinculada às necessidades das comunidades. Em retribuição, o governador mandou fechar a única agência bancária da cidade. A resposta da comunidade foi reativar uma cooperativa de crédito local, passando a financiar localmente grande parte das iniciativas. E a educação nisso? Os promotores dessas iniciativas deram-se conta de que Pintadas fica no semi-árido, e que as crianças nunca tinham tido uma aula sobre o semi-árido, sobre as limitações e potencialidades da sua própria realidade. Hoje se ensina o semi-árido nas escolas de Pintadas. É natural que esse ensino, que permite às crianças a compreensão da sua região, das dificuldades dos seus próprios pais nas diversas esferas profissionais, estimule as crianças e prepare cidadãos que verão a educação como instrumento de transformação da própria realidade.

Em Santa Catarina, sob orientação do falecido Jacó Anderle, foi desenvolvido o programa “Minha Escola, Meu Lugar”. Trata-se de uma orientação sistemática de inclusão da realidade local nos currículos escolares, envolvendo a formação de professores – que, em geral, pela própria formação, também desconhecem as suas regiões –, a elaboração de material didático, articulação dos currículos de diversas disciplinas, e assim por diante.

A região de São Joaquim, no sul do Estado de Santa Catarina, era um local pobre, de pequenos produtores sem perspectiva, e com os indicadores de desenvolvimento humano mais baixos do Estado. Como outras regiões do país, São Joaquim e os municípios vizinhos esperavam que o desenvolvimento “chegasse”

de fora, sob forma de investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo. Há poucos anos, vários residentes da região decidiram que não iriam mais esperar, e optaram por uma outra visão de solução dos seus problemas: enfrentá-los eles mesmos. Identificaram características diferenciadas do clima local, que constataram ser excepcionalmente favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com os meios de que dispunham fizeram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores, e hoje constituem uma das regiões que mais rapidamente se desenvolvem no país. E não estão dependendo de uma grande corporação que de um dia para outro pode mudar de região: dependem de si mesmos.

É importante pensar a dimensão educativa desses processos. Há tempos, com a recomendação do Banco Mundial, promoveu-se o que se chamava na época de “educação para o desenvolvimento”. A visão restringia os currículos, centrando-os na formação de pessoas úteis para as empresas, em conhecimentos tidos como mais “práticos”. Hoje essa tendência se manifesta em grandes instituições privadas, como a Phoenix, nos Estados Unidos, universidade de fins lucrativos, cotada em bolsa, que eliminou visões humanistas e ensina o que caracteriza como *marketable skills*, ou seja, habilidades comercializáveis. É ir contra a corrente, na linha da velha dicotomia entre teoria e prática.

Essa visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que estão ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

A idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas desse tipo, constata-se que não só as crianças, mas mesmo os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isso começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la.

Numa região da Itália, visitamos uma cidade onde o chão da praça central era um grande baixo-relevo da própria cidade e das regiões vizinhas, permitindo às pessoas visualizar os prédios, as grandes vias de comunicação, o desenho da bacia hidrográfica, e assim por diante. Entre outros usos, a praça é utilizada pelos professores para discutir com as crianças a distribuição territorial das principais áreas econômicas, mostrar-lhes como a poluição num ponto se espalha para o

conjunto da cidade, e assim por diante. Há cidades que elaboraram um Atlas local para que as crianças pudessem entender o seu espaço, outras estão dinamizando a produção de indicadores para que os problemas locais se tornem mais compreensíveis, e mais fáceis de ser incorporados ao currículo escolar. Os meios são numerosos e variados, e os detalharemos no presente texto, mas o essencial é essa atitude de considerar que as crianças podem e devem se apropriar, por meio de conhecimento organizado, do território onde são chamadas a viver, e que a educação tem um papel central a desempenhar nesse plano.

Há uma dimensão pedagógica importante nesse enfoque. Ao estudarem de forma científica e organizada a realidade que conhecem por vivência, mas de forma fragmentada, as crianças tendem a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, pois é a realidade delas que passa a adquirir sentido. Ao estudarem, por exemplo, as dinâmicas migratórias que constituíram a própria cidade onde vivem, as crianças tendem a encontrar cada uma a sua origem, segmentos de sua identidade, e passam a ver a ciência como instrumento de compreensão da sua própria vida, da vida da sua família. A ciência passa a ser apropriada, e não mais apenas uma obrigação escolar.

Globalização e desenvolvimento local

Quando consultamos a imprensa, ou até revistas técnicas, parece-nos que tudo está globalizado, só se fala em globalização, no cassino financeiro mundial, nas corporações transnacionais. A globalização é um fato indiscutível, diretamente ligado a transformações tecnológicas da atualidade e à concentração mundial do poder econômico. Mas nem tudo foi globalizado. Quando olhamos dinâmicas simples, mas essenciais para a nossa vida, encontramos o espaço local. Assim, a qualidade de vida no nosso bairro é um problema local, envolvendo o asfaltamento, o sistema de drenagem, as infra-estruturas do bairro.

Esse raciocínio pode ser estendido a inúmeras iniciativas, como a de São Joaquim aqui citada, mas também a soluções práticas, como a decisão de Belo Horizonte de tirar os contratos da merenda escolar da mão de grandes intermediários, contratando grupos locais de agricultura familiar para abastecer as escolas, o que dinamizou o emprego e o fluxo econômico da cidade, além de melhorar sensivelmente a qualidade da comida – foram incluídas cláusulas sobre agrotóxicos – e de promover a construção da capital social. Dependem essencialmente da iniciativa local a qualidade da água, da saúde, do transporte coletivo, bem como a riqueza ou pobreza da vida cultural. Enfim, grande parte do que constitui o que hoje chamamos de qualidade de vida não depende muito – ainda que possa sofrer os seus impactos – da globalização: depende da iniciativa local.

A importância crescente do desenvolvimento local encontra-se hoje em inúmeros estudos, do Banco Mundial, das Nações Unidas, de pesquisadores universitários. Iniciativas como a que mencionamos antes vêm sendo estudadas regularmente. O Programa Gestão Pública e Cidadania, por exemplo, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tem cerca de 7.500 experiências des-

se tipo cadastradas e estudadas. O Cepam, que estuda a administração local no Estado de São Paulo, acompanha centenas de experiências. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) do Rio de Janeiro acompanha experiências no Brasil inteiro, como é o caso de Instituto Pólis, da Fundação Banco do Brasil, que promoveu a Rede de Tecnologias Sociais, e assim por diante.

É interessante constatar que quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato. Naisbitt, um pesquisador americano, chegou a chamar esse processo de duas vias, de globalização e de localização, de “paradoxo global”. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta.

A grande diferença, para municípios que tomaram as rédeas do próprio desenvolvimento, é que, em vez de serem objetos passivos do processo de globalização, passaram a direcionar a sua inserção segundo os seus interesses. Promover o desenvolvimento local não significa voltar as costas para os processos mais amplos, incluindo os planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade.

Há municípios turísticos, por exemplo, onde um gigante do turismo industrial ocupa uma imensa parte da orla marítima, joga a população ribeirinha para o interior e obtém lucros a partir da beleza natural da região, na mesma proporção em que dela priva os seus habitantes. Outros municípios desenvolveram o turismo sustentável e aproveitam a tendência crescente da busca de lugares mais sossegados, com pousadas simples mas em ambiente agradável, ajudando, e não desarticulando, as atividades preexistentes, como a pesca artesanal, que aliás se torna um atrativo. Tanto o turismo de *resorts* como o turismo sustentável participam do processo de globalização, mas na segunda opção há um enriquecimento das comunidades, que continuam a ser donas do seu desenvolvimento.

Com o peso crescente das iniciativas locais, é natural que da educação se esperem não só conhecimentos gerais, mas a compreensão de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local.

Urbanização e iniciativas sociais

Boa parte da atitude passiva de “espera” do desenvolvimento se deve ao fato de a nossa urbanização ainda ser muito recente. Nos anos 1950, éramos, como ordem de grandeza, dois terços de população rural; hoje somos 82% de população urbana. A urbanização muda profundamente a forma de organização da sociedade em torno às suas necessidades. Uma família no campo resolve individualmente os seus próprios problemas de abastecimento de água, de lixo, de produção de hortifrutigranjeiros, de transporte.

Na cidade, não é viável cada um ter o seu poço, mesmo porque o adensamento da população provoca a poluição dos lençóis freáticos pelas águas negras. O transporte é em grande parte coletivo, o abastecimento depende de uma rua comercial, as casas têm de estar interligadas com redes de água, esgotos, telefo-

nia, eletricidade, freqüentemente com cabos de fibras ópticas, sem falar da rede de ruas e calçadas, de serviços coletivos de limpeza pública e de remoção de lixo, e assim por diante. A cidade é um espaço no qual predomina o sistema de consumo coletivo em rede.

No espaço adensado urbano, as dinâmicas de colaboração passam a predominar. Não adianta uma residência combater o mosquito da dengue se o vizinho não colabora. A poluição de um córrego vai afetar toda a população que vive rio abaixo. Assim, enquanto a qualidade de vida da era rural dependia em grande parte da iniciativa individual, na cidade passa a ser essencial a iniciativa social, que envolve muitas pessoas e a participação informada de todos.

O próprio entorno rural passa cada vez mais a se articular com a área urbana, tanto por meio do movimento de chácaras e lazer rural da população urbana como pelas atividades rurais que se complementam com a cidade, como é o caso do abastecimento alimentar, das famílias rurais que complementam a renda com trabalho urbano, ou da necessidade de serviços descentralizados de educação e saúde. Gera-se assim um espaço articulado de complementaridades entre o campo e a cidade. Onde antes havia a divisão nítida entre o “rural” e o “urbano” aparece o que tem sido chamado de “rurbano”.

No território assim constituído, as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns. Esse “aprender a colaborar” se tornou suficientemente importante para ser classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade, sob forma de capital social. Em outros termos, se antigamente o enriquecimento e a qualidade de vida dependiam diretamente, por exemplo, numa propriedade rural, do esforço da família, na cidade a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum.

É nesse plano que desponta a imensa riqueza da iniciativa local: como cada localidade é diferenciada, segundo o seu grau de desenvolvimento, a região onde se situa, a cultura herdada, as atividades predominantes na região, a disponibilidade de determinados recursos naturais, as soluções terão de ser diferentes para cada uma. E só as pessoas que vivem na localidade, que a conhecem efetivamente, é que sabem realmente quais são as necessidades mais prementes, os principais recursos subutilizados, e assim por diante. Se elas não tomarem iniciativas, dificilmente alguém o fará para elas.

O Brasil possui quase 5.600 municípios. Não é viável o governo federal, ou mesmo o governo estadual, conhecer todos os problemas de tantos lugares diferentes. E tampouco está na mão de algumas grandes corporações resolver tantos assuntos, ainda que tivessem interesse. De certa forma, os municípios formam os “blocos” com os quais se constrói o país, e cada bloco ou componente tem de se organizar de forma adequada segundo as suas necessidades, para que o conjunto – o país – funcione.

Assim passamos de uma visão tradicional dicotômica, na qual ficava de um lado a iniciativa individual e de outro a grande organização, estatal ou privada, para uma visão de iniciativas colaborativas no território. As inúmeras organizações da sociedade civil organizada, as ONG, as organizações comunitárias, os grupos de interesse, fazem parte dessa construção de uma sociedade que gradualmente aprende a articular interesses que são diferenciados, mas nem por isso deixam de ter dimensões complementares.

A educação não pode se limitar a constituir para cada aluno um tipo de estoque básico de conhecimentos. As pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa, assim, a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local e os conhecimentos correspondentes. Não se trata de uma diferenciação discriminadora, do tipo “escola pobre para pobres”: trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura à nova geração os instrumentos de intervenção sobre a realidade que é a sua.

Informação, educação e cidadania

A pesquisadora americana Hazel Henderson traz uma imagem interessante. Imaginemos um trânsito atravancado numa região da cidade. Uma das soluções é deixar cada um se virar como pode, um tipo de liberalismo exacerbado. O resultado será, provavelmente, que todos buscarão maximizar as suas vantagens individuais, gerando um engarrafamento-monstro, pois a tendência é ocupar todos os espaços vazios, e a maioria vai ter um comportamento semelhante. Outra solução é colocar guardas que irão direcionar todo o fluxo de trânsito, de forma imperativa, a fim de desobstruir a região. A solução pode ser mais interessante, mas não respeita as diferenças de opção ou mesmo de destino dos diversos motoristas. Uma terceira saída é deixar a opção ao cidadão, mas assegurar, por meio de rádio ou de painéis, ampla informação sobre o local onde ocorre o engarrafamento, os tempos previstos de demora e as opções. Esse tipo de decisão, democrática mas informada, permite o comportamento inteligente de cada indivíduo, segundo os seus interesses e situação particular, e ao mesmo tempo o interesse comum.

Sempre haverá, naturalmente, um pouco de cada opção nas diversas formas de organizar o desenvolvimento, mas o que nos interessa particularmente é a terceira opção, pois mostra que além do “vale tudo” individual, ou da disciplina da “ordem”, pode haver formas organizadas e inteligentes de ação sem que seja preciso mandar nas pessoas, respeitando a sua liberdade. Em outros termos, um bom conhecimento da realidade, sólidos sistemas de informação, transparência na sua divulgação podem permitir iniciativas inteligentes por parte de todos.

Há algum tempo, a cidade de Porto Alegre colocou em mapas digitalizados todas as informações sobre unidades econômicas da cidade, que estão registradas na Secretaria da Fazenda para obter o alvará de funcionamento. Quando, por exemplo, um comerciante quer abrir uma farmácia, mostram-lhe o mapa de

distribuição das farmácias na cidade. Com isso, o comerciante localiza as áreas onde já há várias farmácias, e onde há falta delas. Assim, com boa informação, o comerciante irá localizar a sua farmácia onde há clientela que esteja precisando, servindo melhor os seus próprios interesses e prestando um serviço socialmente mais útil.

Em outros termos, a coerência sistêmica de numerosas iniciativas de uma cidade, de um território depende fortemente de uma cidadania informada. A tendência que temos hoje é que só alguns políticos ou chefes econômicos locais dispõem da informação, e ditam o seu programa à cidade. Assim, a democratização do conhecimento do território, das suas dinâmicas mais variadas é uma condição central do desenvolvimento. E onde o cidadão vai colher conhecimento sobre a sua região se discussões sobre a cidade só aparecem uma vez a cada quatro anos nos discursos eleitorais?

Um relatório recente do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), uma ONG que trabalha sobre o controle do dinheiro público, é nesse sentido interessante:

O fato de termos uma sociedade com baixo nível de escolaridade, constitui um desafio a mais, não só para melhorar a escolaridade, mas para educar para a cidadania, para que os cidadãos saibam suas responsabilidades e saibam cobrar dos seus legisladores e do poder público em geral, a transparência, a decomposição dos números que não entendem. Apesar disso, e embora não haja uma cultura disseminada do controle social na população, muitos cidadãos exercem o controle social com extrema eficácia porque têm noção de prioridade e fazem comparações, em termos de resultados das políticas, mesmo sem saber ler, e mesmo quando o próprio poder público tenta desqualificá-los, principalmente quando se apontam irregularidades nos Conselhos. Quanto mais as informações são monopólio, ou herméticas e confusas, menor é a capacidade de a sociedade participar e de influenciar o Estado, o que acaba enfraquecendo a noção de democracia, que pode ser medida pelo fluxo, pela qualidade e quantidade das informações que circulam na sociedade. O grande desafio é a transparência no sentido do empoderamento, que significa encontrar instrumentos para que a população entenda o orçamento e fiscalize o poder público.¹

O objetivo da educação não é desenvolver conceitos tradicionais de “educação cívica” com moralismos que cheiram a mofo, mas permitir que os jovens tenham acesso aos dados básicos do contexto que regerá as suas vidas. Entender o que acontece com o dinheiro público, quais são os indicadores de mortalidade infantil, quem são os maiores poluidores da sua região, quais são os maiores potenciais de desenvolvimento – tudo isso é uma questão de elementar transparência social. Não se trata de privilegiar o “prático” relativamente ao teórico, trata-se de dar um embasamento concreto à própria teoria.

Os parceiros do desenvolvimento local

Uma educação que insira nas suas formas de educar uma maior compreensão da realidade local terá de organizar parcerias com os diversos atores sociais

que constroem a dinâmica local. Em particular, as escolas, ou o sistema educacional local de forma geral, terão de articular-se com universidades locais ou regionais para elaborar o material correspondente, organizar parcerias com ONG que trabalham com dados locais, conhecer as diferentes organizações comunitárias, interagir com diversos setores de atividades públicas, buscar o apoio de instituições do sistema S como Sebrae ou Senac, e assim por diante.

O processo é de duplo sentido, pois, por um lado, leva a escola a formar pessoas com maior compreensão das dinâmicas realmente existentes para os futuros profissionais, e, por outro, leva a que essas dinâmicas penetrem o próprio sistema educacional, enriquecendo-o. Assim, os professores terão maior contato com as diversas esferas de atividades, tornar-se-ão de certa maneira mediadores científicos e pedagógicos de um território, de uma comunidade. A requalificação dos professores que isso implica poderá ser muito rica, pois esses serão naturalmente levados a confrontar o que ensinam com as realidades vividas, sendo de certa maneira colocados na mesma situação que os alunos, que escutam as aulas e enfrentam a dificuldade em fazer a ponte entre o que é ensinado e a realidade concreta do seu cotidiano.

O impacto em relação à motivação, para uns e outros, poderá ser grande, sobretudo para os alunos a quem sempre se explica que “um dia” entenderão por que o que estudam é importante. O aluno que tiver aprendido em termos históricos e geográficos como se desenvolveu a sua cidade, o seu bairro, terá maior capacidade e interesse em contrastar esse desenvolvimento com o processo de urbanização de outras regiões, de outros países, e compreenderá melhor os conceitos teóricos das dinâmicas demográficas em geral.

Envolve ainda mudanças dos procedimentos pedagógicos, pois é diferente fazer os alunos anotarem o que o professor diz sobre D. Carlota Joaquina, e organizar de maneira científica o conhecimento prático mas fragmentado que existe na cabeça dos alunos. Em particular, seria natural organizar de forma regular e não esporádica discussões que envolvam alunos, professores e profissionais de diversas áreas de atividades, desde líderes comunitários a gerentes de banco, de sindicalistas a empresários, de profissionais liberais e desempregados, apoiando esses contatos sistemáticos com material científico de apoio.

Na sociedade do conhecimento para a qual evoluímos rapidamente, todos – e não só as instituições de ensino – se defrontam com as dificuldades de se lidar com muito mais conhecimento e informação. As empresas realizam regularmente programas de requalificação dos trabalhadores, e hoje trabalham com o conceito de *knowledge organization*, ou de *learning organizations*, na linha da aprendizagem permanente.

Acabou o tempo em que as pessoas primeiro estudam, depois trabalham, e depois se aposentam. A relação com a informação e o conhecimento acompanha cada vez mais as pessoas durante toda a sua vida. É um deslocamento profundo entre a cronologia da educação formal e a cronologia da vida profissional.

Nesse sentido, todas as organizações, e não só as escolas, se tornaram instituições onde se aprende, reconsideram-se os dados da realidade. A escola precisa estar articulada com esses diversos espaços de aprendizagem para ser uma parceira das transformações necessárias.

Um exemplo interessante nos vem de Jacksonville, nos Estados Unidos. A cidade produz anualmente um balanço de evolução da sua qualidade de vida, avaliando a saúde, a educação, a segurança, o emprego, as atividades econômicas, e assim por diante. Esse relatório anual é produzido com a participação dos mais variados parceiros e permite inserir o conhecimento científico da realidade no cotidiano dos cidadãos. O mundo da educação tem por vocação ensinar a trabalhar de forma organizada o conhecimento. Pode ficar fora de esforços desse tipo?²

Aparecem como parceiros necessários as universidades regionais, as empresas, o sistema S, diversos órgãos da prefeitura, as ONG ambientais, as organizações comunitárias, a mídia local, as representações locais do IBGE, da Embrapa e de outros organismos de pesquisa e desenvolvimento. Enfim, há um mundo de conhecimentos dispersos e subutilizados, que podem se tornar matéria-prima de um ensino diferenciado.

O que visamos é uma escola um pouco menos lecionadora, e um pouco mais articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem em cada localidade, em cada região; e educar os alunos de forma a que se sintam familiarizados e inseridos nessa realidade.

O impacto das tecnologias³

É impressionante a solidão do professor ante a sua turma, com os seus cinquenta minutos e uma fatia de conhecimento predefinida a transmitir. Alguns serão melhores, outros piores, para enfrentar esse processo, mas no conjunto esse universo fatiado corresponde pouco à motivação dos alunos, e tornou-se muito difícil para o professor, individualmente, modificar os procedimentos. Isso levou a uma situação interessante, de um grande número de pessoas na área educacional querendo introduzir modificações, ao mesmo tempo que pouco muda. É um tipo de impotência institucional, em que uma engrenagem tem dificuldade de alterar algo, na medida em que depende de outras engrenagens. A mudança sistêmica é sempre difícil. E sobretudo, as soluções individuais não bastam.

Um dos paradoxos que enfrentamos é o contraste entre a profundidade das mudanças das tecnologias do conhecimento e o pouco que mudaram os procedimentos pedagógicos. A maleabilidade dos conhecimentos foi e está sendo profundamente revolucionada. Pondo de lado os diversos tipos de exageros sobre a “inteligência artificial”, ou as desconfianças naturais dos desinformados, a realidade é que a informática, associada às telecomunicações, permite:

- estocar de forma prática, em disquetes, em discos rígidos e em discos laser, ou simplesmente em algum endereço da *rede*, gigantescos volumes

de informação. Estamos falando de centenas de milhões de unidades de informação que cabem no bolso, e do acesso universal a qualquer informação digitalizada;

- trabalhar essa informação de forma inteligente, permitindo a formação de bancos de dados sociais e individuais de uso simples e prático, e eliminando as rotinas burocráticas que tanto paralisam o trabalho científico. Pesquisar dezenas de obras para saber quem disse o quê sobre um assunto particular, “navegando” entre as mais diversas opiniões, torna-se uma tarefa extremamente simples;
- transmitir de forma muito flexível a informação por meio da internet, de forma barata e precisa, inaugurando uma nova era de comunicação de conhecimentos. Isso implica que, de qualquer sala de aula ou residência, podem ser acessados dados de qualquer biblioteca do mundo, ou ainda, que um conjunto de escolas pode transmitir informações científicas de uma para outra, ou de um conjunto de instituições regionais em redes educacionais articuladas;
- integrar a imagem fixa ou animada, o som e o texto de maneira muito simples, ultrapassando a tradicional divisão entre a mensagem lida no livro, ouvida no rádio ou vista numa tela, envolvendo aliás a possibilidade hoje de qualquer escola ter uma rádio comunitária, tornando-se um articulador local poderoso no plano do conhecimento;
- manejar os sistemas sem ser especialista: acabou-se o tempo em que o usuário tinha de aprender uma “linguagem”, ou simplesmente tinha que parar de pensar no problema do seu interesse científico para pensar no como manejar o computador. A geração dos programas *user-friendly*, ou seja “amigos” do usuário, torna o processo pouco mais complicado que o da aprendizagem do uso da máquina de escrever, mas exige também uma mudança de atitudes ante o conhecimento de forma geral, mudança cultural que, essa sim, é freqüentemente complexa.

Trata-se aqui de dados muito conhecidos, e o que queremos notar, ao lembrá-los brevemente, é que estamos perante um universo que se descortina com rapidez vertiginosa, e que será o universo do cotidiano das pessoas que hoje formamos.

Somente agora, contudo, as pessoas começam a se dar conta de que o custo total de um equipamento de primeira linha, com enorme capacidade de estocagem de dados, impressora, *modem*, escâner para transporte direto de textos ou imagens do papel para a forma magnética, continua caindo regularmente.⁴

Há um potencial de democratização radical do apoio aos professores, e de nivelamento por cima do conjunto do mundo educacional no país, que as tecnologias hoje permitem, e a luta por essa democratização tornou-se essencial na mudança sistêmica, que ultrapassa o nível de iniciativa do educador individual ou da escola isoladamente. Não há dúvida de que o educador freqüentemente ainda

se debate com os problemas mais dramáticos e elementares. Mas a implicação prática que vemos, ante a existência paralela desse atraso e da modernização, é que temos que trabalhar em “dois tempos”, fazendo o melhor possível no universo preterido que constitui a nossa educação, mas criando rapidamente as condições para uma utilização “nossa” dos novos potenciais que surgem.

No plano da implantação local de tecnologias a serviço da educação, o exemplo de Pirai, pequena cidade do Estado do Rio, é importante. O projeto, de iniciativa municipal, envolveu convênios com as empresas que administram torres de retransmissão de sinal de TV e de telefonia celular, para instalação de equipamento de retransmissão de sinal de internet por rádio. Assim se assegura a cobertura de todo o território municipal. A partir de alguns pontos de recepção, fez-se uma distribuição do sinal banda larga por cabo, dando acesso a todas as escolas, instituições públicas, empresas. Como a gestão do sistema é pública, utilizou-se a diferenciação de tarifas para que o lucro maior das empresas cobrisse uma subvenção ao acesso domiciliar, e hoje qualquer família humilde pode ter acesso banda larga em casa por R\$ 35 por mês. Convênios de crédito com bancos oficiais permitem a compra de equipamentos particulares com juros baixos. O resultado prático é que o conjunto do município “banha” no espaço da internet, gerando uma produtividade sistêmica maior do esforço de todos, além de mudança de atitudes de jovens, de maior facilidade de trabalho dos professores que têm possibilidade de acesso em casa, e assim por diante.

O que temos hoje é uma rápida penetração das tecnologias, e uma lenta assimilação das implicações que essas tecnologias trazem para a educação. Convivem, assim, dois sistemas pouco articulados, e freqüentemente vemos escolas que trancam computadores numa sala, o “laboratório”, em vez de inserir o seu uso em dinâmicas pedagógicas repensadas.

Educação e gestão do conhecimento

Com o risco de dizer o óbvio, mas visando à sistematização, podemos considerar que, em relação à gestão do conhecimento, os novos pontos de referência, ou transformações mais significativas, seriam os seguintes:

- é necessário repensar de forma mais dinâmica e com novos enfoques a questão do universo de conhecimentos a trabalhar: ninguém mais pode aprender tudo, mesmo de uma área especializada; a opção entre “cabeça bem cheia” ou “cabeça bem-feita” nos deixa poucas opções;
- nesse universo de conhecimentos, assumem maior importância relativa as metodologias, o aprender a “navegar”, reduzindo-se ainda mais a concepção de “estoque” de conhecimentos a transmitir;
- torna-se cada vez mais fluida a noção de área especializada de conhecimentos, ou de “carreira”, quando do engenheiro se exige cada vez mais uma compreensão da administração, quando qualquer cientista social precisa de uma visão dos problemas econômicos, e assim por diante, devendo-se, aliás, colocar em questão os corporativismos científicos;

- aprofunda-se a transformação da cronologia do conhecimento: a visão do homem que primeiro estuda, depois trabalha, e depois se aposenta torna-se cada vez mais anacrônica, e a complexidade das diversas cronologias aumenta;
- modifica-se profundamente a função do educando, em particular do adulto, que deve se tornar sujeito da própria formação, ante a diferenciação e riqueza dos espaços de conhecimento nos quais deverá participar;
- a luta pelo acesso aos espaços de conhecimento vincula-se ainda mais profundamente ao resgate da cidadania, em particular para a maioria pobre da população, como parte integrante das condições de vida e de trabalho;
- finalmente, longe de tentar ignorar as transformações, ou de atuar de forma defensiva ante as novas tecnologias, precisamos penetrar as dinâmicas para entender sob que forma os seus efeitos podem ser invertidos, levando a um processo reequilibrador da sociedade, quando hoje tendem a reforçar as polarizações e a desigualdade.

De forma geral, todas essas transformações tendem a nos atropelar, gerando freqüentemente resistências fortes, sentimentos de impotência, reações pouco articuladas. No conjunto, no entanto, há o fato essencial de as novas tecnologias representarem uma oportunidade radical de democratização do acesso ao conhecimento.

A palavra-chave é a *conectividade*. Uma vez feito o investimento inicial de acesso banda larga de uma escola, ou de uma família, é a totalidade do conhecimento digitalizado do planeta que se torna acessível, representando uma mudança radical, particularmente para pequenos municípios, para regiões isoladas, e na realidade qualquer segmento relativamente pouco equipado, mesmo das metrópoles.⁵ Quando se olha o que existe em geral nas bibliotecas escolares, e a pobreza das livrarias – centradas em livros de auto-ajuda, volumes traduzidos sobre como ganhar dinheiro e fazer amigos, além de algumas bobagens mais –, compreende-se a que ponto o aproveitamento adequado da conectividade pode tornar-se uma forma radical de democratização do acesso ao conhecimento mais significativo.

Ao mesmo tempo, essa conectividade permite que mesmo pequenas organizações comunitárias, ONG, pequenas empresas, núcleos de pesquisa relativamente isolados, podem articular-se em rede. O problema de “ser grande” já está deixando de ser essencial, quando se é bem conectado, quando se pertence a uma rede interativa.

Em outros termos, a era do conhecimento exige muito mais conhecimento atualizado e inserido nos significados locais e regionais, e ao mesmo tempo as tecnologias da informação e comunicação tornam o acesso a esse conhecimento muito mais viável. A educação precisa, de certa forma, organizar essa transição, e preparar as crianças para o mundo realmente existente.

O desafio educacional local e os conselhos municipais

Um diretor de escola anda em geral assoberbado por problemas do cotidiano, com muita visão do imediato, e pouco tempo para a visão mais ampla. O professor enfrenta a gestão da sala de aula, e freqüentemente está muito centrado na disciplina que ministra. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação, reunindo pessoas que ao mesmo tempo conhecem o seu município, o seu bairro e os problemas mais amplos do desenvolvimento local, e a rede escolar da região, pode se tornar o núcleo irradiador da construção do enriquecimento científico mais amplo do local e da região.

Essas visões implicam, sem dúvida, uma atitude criativa por parte dos conselheiros de educação. Um documento endereçado ao Pró-Conselho ressalta o respaldo formal que essas iniciativas podem encontrar:

Importa dizer que o Conselho desempenha importante papel na busca de uma inovação pedagógica que valorize a profissão docente e incentive a criatividade. Por outro lado, ele pode ser um pólo de audiências, análises e estudos de políticas educacionais do seu sistema de ensino. Finalmente, importa não se esquecer da fundamentação ética, legal de suas atribuições para se ganhar em legitimidade perante a sociedade e os poderes públicos... Sob esses aspectos, o conselheiro será visto como um gestor cuja natureza remete ao verbo gerar e gerar é produzir o novo: um novo desenho para a educação municipal consoante os mais lúdicos princípios democráticos e republicanos.

Outro documento, de Eliete Santiago,⁶ insiste no papel dos Conselhos Municipais de Educação como “forma de participação da sociedade no controle social do Estado. Configura-se como um espaço para a discussão efetiva da política educacional e conseqüentemente seu controle e avaliação propositiva. Nesse caso, espera-se a afirmação do seu caráter deliberativo de modo a avançar cada vez mais em relação à sua função consultiva”. Isso envolve “a organização do espaço e do tempo escolar e do tempo curricular com ênfase na sua distribuição, organização e uso, e os resultados de aprendizagens com ênfase no conhecimento de experiências inovadoras”.

No quadro do Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério das Cidades, gerou-se o programa “Municípios Educadores Sustentáveis”, que também permite inserir nas escolas uma nova visão tanto do estudo da problemática local como da responsabilização e do protagonismo infantil e juvenil relativamente ao seu meio. Assim, por exemplo, as escolas podem contribuir para elaborar indicadores regionais e sistemas de avaliação para o monitoramento e a avaliação da situação ambiental.

O Programa Municípios Educadores Sustentáveis propõe promover o diálogo entre os diversos setores organizados, colegiados, com os projetos e ações desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas. Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, no qual cidadãos e cidadãs passam a ser editores/educadores de conhecimento socioambiental, formando outros editores/educadores, e multiplicando-se sucessivamente, de modo que o município se transforme em educador para a sustentabilidade.⁷

A responsabilidade escolar nesse processo é essencial, pois precisamos construir uma geração de pessoas que entendam efetivamente o meio onde estão inseridas: o mesmo documento ressalta que

todos somos responsáveis pela construção de sociedades sustentáveis. Isso significa promover a valorização do território e dos recursos locais (naturais, econômicos, humanos, institucionais e culturais), que constituem o potencial local de melhoria da qualidade de vida para todos. É preciso conhecer melhor este potencial, para chegar à modalidade de desenvolvimento sustentável adequada à situação local, regional e planetária.

No município de Vicência, em Pernambuco, encontramos o seguinte relato: “Educação é a principal condição para o desenvolvimento local sustentável. Nessa dimensão, a Secretaria de Educação do Município implantou o projeto ‘Escolas rurais, construindo o desenvolvimento local’, com a perspectiva de melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais”. O projeto permitiu “uma metodologia diferenciada que leva a uma contribuição para uma melhor compreensão de um verdadeiro exercício de cidadania. O projeto tem como objetivo tornar a escola o centro de produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento local”.⁸

São visões que vão se concretizando gradualmente, com experiências que buscam de forma diferenciada, segundo as realidades locais e regionais, caminhos práticos que permitam dar à educação um papel mais amplo de irradiador de conhecimentos para o desenvolvimento local, formando uma nova geração de pessoas conhecedoras dos desafios que terão de enfrentar.

Não há “cartilha” para esse tipo de procedimentos. Em alguns municípios, o problema central é de água; em outros, é de infra-estruturas; em outros, ainda, é de segurança ou de desemprego. Alguns podem se apoiar numa empresa de visão aberta, outras se ligarão com universidades regionais. Há cidades com prefeitos dispostos a ajudar no desenvolvimento integrado e sustentável; há outras em que a compreensão do valor do conhecimento ainda é incipiente, e onde as autoridades acham que desenvolver um município consiste em inaugurar obras. Cada realidade é diferente, e não há como escapar ao trabalho criativo que cada conselho municipal deverá desenvolver.

Isso dito, apresentamos a seguir algumas sugestões, para servir de pontos de referência, baseadas que estão no conhecimento de coisas que deram certo, e de outras que deram errado, visando não servir de cartilha, mas de inspiração. Em termos bem práticos, a sugestão é que um Conselho Municipal de Educação organize essas atividades em quatro linhas:

- Montar um núcleo de apoio e desenvolvimento da iniciativa de inserção da realidade local nas atividades escolares.
- Organizar parcerias com os diversos atores locais passíveis de contribuir com o processo.
- Organizar ou desenvolver o conhecimento da realidade local, aprovei-

tando a contribuição dos atores sociais do local e da região.

- Organizar a inserção desse conhecimento no currículo e nas diversas atividades da escola e da comunidade.

Montar um *núcleo de apoio* é essencial, pois, sem um grupo de pessoas dispostas a assegurar que a iniciativa chegue aos resultados práticos, dificilmente haverá progresso. O Conselho poderá nomear um grupo de conselheiros mais interessados, traçar uma primeira proposta, ou visão, e associar à iniciativa alguns professores ou diretores de escola que queiram colocá-la em prática. É importante que haja um coordenador e um cronograma mínimo.

Quanto aos *atores locais*, a visão a se trabalhar é de uma rede permanente de apoio. Muitas instituições hoje têm na produção de conhecimento uma dimensão importante das suas atividades. Trata-se, evidentemente, das faculdades ou universidades locais ou regionais, das empresas, das repartições regionais do IBGE, de instituições como Embrapa, Emater e outras, de ONG que trabalham com dimensões particulares da realidade, de organizações comunitárias.

O objetivo da rede não é de simplesmente recolher informação, na visão de um grande banco de dados, mas de assegurar que seja disponibilizada, que circule entre os diversos atores sociais da região, e sobretudo que permeie o ambiente escolar. Na cidade de Santos, por exemplo, foi criado um centro de documentação da cidade, com dotação da prefeitura, mas dirigido por um colegiado que envolveu quatro reitores, quatro representantes de organizações da sociedade civil e quatro representantes da prefeitura. O objetivo era evitar que as informações sobre o município fossem “apropriadas” e transformadas em informação “chapa branca”, e garantir acesso e circulação.

A diversidade de soluções aqui é imensa, pois temos desde poderosos centros metropolitanos até pequenos municípios rurais. O essencial é ter em conta que todos os atores sociais locais produzem informação de alguma forma, e que essa informação organizada e disponibilizada torna-se valiosa para todos. E para o sistema educacional local, em particular, torna-se fonte de estudo e aprendizagem.⁹

Os municípios particularmente desprovidos de infra-estruturas adequadas poderão fazer parcerias com instituições científicas regionais e apresentar projetos de apoio a instâncias de nível mais elevado. Há municípios que recorrem também a articulações intermunicipais, como é o caso dos consórcios, podendo assim racionalizar os seus esforços.

Organizar o *conhecimento local* normalmente não envolve produzir informações novas. As diversas secretarias produzem informação, bem como as empresas e outras entidades mencionadas. Temos hoje também informação básica organizada por municípios no IBGE, no projeto correspondente do Ipea/Pnud e outras instituições, com diversas metodologias, e pouco articuladas, mas que podem servir de base. Essas informações hoje dispersas e fragmentadas deverão ser organizadas, e servir de ponto de partida para uma série de estudos do município ou da região.

Há igualmente, mesmo para as regiões pouco estudadas, relatórios antigos de consultoria, monografias nas universidades da região, relatos de viagem, estudos antropológicos e outros documentos acumulados, hoje subaproveitados, mas que podem se tornar preciosos na visão de se gerar uma compreensão, por parte da nova geração, da realidade em que vivem.

Sem recorrer a consultorias caras, é hoje bastante viável contratar o apoio metodológico para a organização e sistematização dessas informações, a elaboração de material de ensino, de textos de apoio para leitura, e assim por diante.

A inserção do *conhecimento local no currículo e nas atividades escolares* implica uma inflexão significativa relativamente à rotina escolar, mais afeita a cartilhas gerais rodadas no tempo. A dificuldade central é de inserir na escola um conhecimento local que os professores ainda não têm. Nesse sentido, parece razoável, enquanto se organiza a produção de material de apoio para os professores e alunos – as diversas informações e estudos sobre a realidade local e regional –, ir gradualmente inserindo o estudo da realidade local mediante um contato maior com a comunidade profissional local.

Há escolas hoje que realizam “trabalhos de campo” em que alunos de prancheta vão visitar uma cidade ou um bairro. São atividades úteis, mas formais e pouco produtivas, quando não são acompanhadas da construção sistemática do conhecimento da realidade regional. Qualquer cidade tem hoje líderes comunitários que podem trazer a história oral do seu bairro ou da sua região de origem, empresários ou técnicos de diversas áreas, gerentes de saúde ou mesmo de escolas que podem explicitar como se dão na realidade as dificuldades de administrar as áreas sociais, agricultores ou agrônomos que conhecem muito do solo local e das suas potencialidades, e assim por diante, artesãos que podem até atrair os jovens para a aprendizagem, e assim por diante.

Uma dimensão importante da proposta é a possibilidade de mobilizar os alunos e professores nas pesquisas do local e da região. Esse tipo de atividade assegura tanto a assimilação de conceitos como o cruzamento de conhecimentos entre as diversas áreas, rearticulando informações que nas escolas são segmentadas em disciplinas.

Em outros termos, é preciso “redescobrir” o manancial de conhecimentos que existe em cada região, valorizá-lo e transmiti-lo de forma organizada para as gerações futuras. Conhecimentos técnicos são importantes, mas têm de ser ancorados na realidade que as pessoas vivem, de maneira a serem apreendidos na sua dimensão mais ampla.

Notas

1 Inesc, “Transparência e controle social”, 2006.

2 “Jacksonville – Quality of life progress report: a guideline for building a better community” [“Relatório de progresso da qualidade de vida: um guia para construir uma comunidade melhor”] (Disponível em: <<http://www.jcci.org>>).

- 3 Desenvolvemos esse tema no livro *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação* (Petrópolis: Vozes, 2005 – Disponível em: <<http://dowbor.org>>).
- 4 A disponibilização de um computador básico na faixa de 100 dólares, meta de uma série de organizações internacionais, está em fase de materialização rápida; soluções de disponibilização generalizada de acesso banda larga como em Pirai (projeto Pirai-digital) mostram que colocar as escolas no mesmo patamar tecnológico básico tornou-se rigorosamente viável em prazo bastante curto. O projeto de lei destinado a viabilizar o acesso internet a todas as escolas do país, com recursos do FUST, está em discussão.
- 5 Há uma batalha planetária na área da propriedade intelectual, com diversas corporações mundiais tentando tornar o conhecimento em geral pouco acessível, mediante diversos tipos de protecionismos. Há uma forte contracorrente na linha da liberdade de acesso ao conhecimento. Ver, a esse respeito, o livro de Jeremy Rifkin, *A era do acesso* (São Paulo: Makron Books, 2001).
- 6 Eliete Santiago, *Direito à aprendizagem: o desafio do direito à educação* (texto preliminar).
- 7 Ministério do Meio Ambiente – Programa Municípios Educadores sustentáveis – 2ª edição, Brasília, 2005, 24p.
- 8 Relato comunicado pelo Prof. Peter Spink, do Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV-SP, São Paulo; o programa tem acompanhado experiências similares em Araraquara (SP); São Gabriel da Cachoeira (AM); Turmalina (MG); Sento Sé (BA); Três Passos (RS); Mauá (BA) e outros. Acesso por: inovando@fgvsp.br
- 9 Há uma antiga e estéril discussão sobre a superioridade da teoria ou da prática. Na realidade, não há nenhuma superioridade pedagógica no ensino de visões conceituais mais abstratas relativamente ao conhecimento concreto local: é uma falsa dualidade, pois é na interação que se gera a capacidade de aprender, e de lidar com os próprios conceitos abstratos. Essa falsa dualidade tem dado lugar a simplificações absurdas como “na prática a teoria não funciona”, prejudicando justamente a apreensão teórica dos problemas.

RESUMO – É essencial uma criança sentir que a sucessão de anos que passa na escola lhe permite efetivamente entender o contexto onde vive, apropriar-se da realidade que a cerca. A criança, mais que o adulto que tem oportunidades de conhecer diversas regiões, interpreta o mundo pela cidade ou pelo bairro onde mora. O seu espaço de referência é o espaço local. Proibir-lhe que brinque no córrego vizinho da sua casa é prudente, mas gera apenas medo. Entender os fluxos dos riachos e as fontes concretas de poluição lhe assegura desde já ancorar o conhecimento abstrato em vivências concretas, e lhe permitirá mais tarde entender a gestão de bacias hidrográficas. Aprender a representação em escala do seu próprio bairro, das ruas que conhece, evitará mais tarde a quantidade de adultos que sabem decorar uma aula de geografia, mas que são incapazes de interpretar um mapa para se orientar. Trata-se de um investimento poderoso, tanto para tornar o ensino mais produtivo, capitalizando a motivação da criança por entender as coisas que a cercam, como por permitir que mais tarde seja um adulto que conhece a origem ou as tradições culturais que constituíram a sua cidade, os seus potenciais econômicos, os desafios ambientais, o acerto ou irracionalidade da sua organização territorial, os seus desequilíbrios sociais. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. Trata-se de fechar desde cedo a imensa brecha entre o conhecimento

formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve. Estas linhas são escritas por um economista, que na era da economia do conhecimento se convenceu de que a economia não se basta a si mesma, de que uma articulação com o mundo que ensina e difunde o conhecimento é essencial.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local, Participação, Educação local.

ABSTRACT: It is essential for children to feel that the years they spend in school help them understand the reality they face in their daily lives. Children, more than adults who had the opportunity to travel, see the world in comparison with the city or neighborhood where they live. The space they refer to is local space. It may be wise to forbid children to play in a stream in the city. But understanding that particular stream and why it is polluted, and who pollutes it and how, allows them to anchor abstract knowledge in the concrete reality they know by experience. Besides, how can we expect adults to participate in the development of their regions if they have never studied anything about them? We produce children who know the length of the Nile, but are incapable of reading a city map when adults, who never studied the potentials and problems the reality they will have to face. We may follow the example of a small place in the Northeast, Pintadas, where the children are now taught the characteristics of the “semi-árido”, of the concrete problems dry regions present in such fields as agriculture, watersheds, environment and so forth. The author of this paper is an economist convinced that in this era of knowledge economy we need to share knowledge in a more balanced way. Teaching children to understand their own space can be a powerful instrument to promote children’s interest and adult citizenship.

KEYWORDS: Local development, Participation, Local education.

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de *A reprodução social, O mosaico partido, Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*, todos pela editora Vozes, além de *O que acontece com o trabalho?* (Senac), e co-organizador da coletânea *Economia social no Brasil* (Senac). Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site <http://dowbor.org> @ – ldowbor@uol.com.br

Recebido em 16.5.2007 e aceito em 31.5.2007.